

Colocação pronominal e ensino de língua materna na escola brasileira

Pronoun placement and mother tongue teaching in brazilian schools

Thais Leal Rodrigues*

RESUMO

Este artigo aborda o ensino da colocação pronominal no português brasileiro e as dificuldades enfrentadas pelos professores devido às divergências teóricas. A Sociolinguística é apresentada como um campo essencial para compreender a variação linguística e a influência do contexto social na língua. O estudo destaca que a gramática normativa tradicional, baseada no português europeu, muitas vezes não reflete a realidade do português brasileiro.

A pesquisa analisa como diferentes gramáticas abordam a colocação pronominal, contrastando as perspectivas prescritivas de Bechara (2003) e Cunha & Cintra (2001) com abordagens mais descritivas, como as de Castilho (2010) e Azeredo (2010). A principal diferença entre essas obras está na valorização da próclise no português brasileiro, enquanto gramáticas tradicionais enfatizam a ênclise como norma preferencial.

O artigo conclui que o ensino de língua materna deve ser multidialetal, respeitando a diversidade linguística e promovendo a competência comunicativa dos alunos. Propõe-se um ensino que valorize a norma culta brasileira sem desconsiderar a variação linguística, garantindo que os alunos compreendam e utilizem diferentes registros conforme o contexto comunicativo.

PALAVRAS-CHAVE: colocação pronominal; ensino de português; Sociolinguística Educacional.

DOL: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n71.1492>

* Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC-RJ), leal_thais@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-0482-4827>

ABSTRACT

This article addresses the teaching of pronominal placement in Brazilian Portuguese and the challenges faced by teachers due to theoretical divergences. Sociolinguistics is presented as an essential field for understanding linguistic variation and the influence of social context on language. The study highlights that traditional normative grammar, based on European Portuguese, often does not reflect the reality of Brazilian Portuguese.

The research analyzes how different grammar books approach pronominal placement, contrasting the prescriptive perspectives of Bechara (2003) and Cunha & Cintra (2001) with more descriptive approaches, such as those of Castilho (2010) and Azeredo (2010). The main difference between these works lies in the emphasis on proclisis in Brazilian Portuguese, while traditional grammars emphasize enclisis as the preferred norm.

The article concludes that mother tongue teaching should be multidialectal, respecting linguistic diversity and promoting students' communicative competence. It proposes an approach that values the Brazilian standard variety without disregarding linguistic variation, ensuring that students understand and use different registers according to the communicative context.

KEYWORDS: pronominal placement; Portuguese language teaching; Educational Sociolinguistics.

Introdução

O ensino da posição dos pronomes, em português brasileiro, tem se mostrado um tema um tanto controverso, em virtude das divergentes abordagens do assunto. Muitos professores declaram estar perdidos com relação ao que de fato ensinar, já que há divergências e diferentes pontos de vista dos próprios estudiosos da área. Todavia, é inquestionável que a reflexão sobre a prática do professor não é possível sem o conhecimento detalhado do uso de cada posição pronominal (VIEIRA, 2007, p.121). É a partir da análise da descrição e caracterização desse fenômeno que se devem traçar maneiras de abordar o tema em sala de aula. O primeiro aspecto a ser mudado, no ensino de língua materna, é o conceito que se tem da própria língua. Muitos alunos

e até mesmo professores afirmam que o brasileiro não sabe falar português. Ora, que língua falamos então? Como nos entendemos? Essa é uma visão limitada de língua.

Antes de tudo, faz-se necessário tecer alguns comentários acerca da concepção de língua que adotamos neste artigo, a qual está obviamente relacionada ao nosso embasamento teórico.

1. Concepção de língua e Sociolinguística

O primeiro aspecto a ser mudado, no ensino de língua materna, é o conceito que se tem da própria língua. Muitos alunos e até mesmo professores afirmam que o brasileiro não sabe falar português. Ora, que língua falamos então? Como nos entendemos? Essa é uma visão limitada de língua.

A Sociolinguística considera que a língua é um fenômeno social, portanto, procura estudá-la a partir de seu contexto social. Tal corrente surgiu nos anos 1960, a partir dos estudos de Wiliam Labov, na comunidade de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos. Segundo essa escola linguística, a variação e a heterogeneidade são características inerentes às línguas naturais. Para Labov, não há dois falantes que se expressem do mesmo modo, nem sequer um falante se expressa da mesma maneira em diferentes situações comunicativas. Essa variação individual, por assim dizer, pode estar relacionada a gênero, profissão, classe social, enfim, a todo contexto social e de história de vida do falante. Já no que tange à variação situacional, também denominada diafásica, refere-se aos diferentes contextos comunicativos em que o falante está inserido, por exemplo, as situações formais e informais. Isto é, um mesmo falante varia o seu modo de falar ou escrever, dependendo da situação ou contexto. Além disso, pode-se afirmar também que existe variação regional ou diatópica, relacionada ao local de origem do falante. A essas diferentes formas de falar dá-se o nome de variedade, como por exemplo, a variedade fluminense ou a paulista. Há também as variedades padrão e não padrão, que como o nome sugere se relacionam a uma variedade que é

tomada como modelo, a partir do uso escrito culto da língua e possui prestígio social. Outro termo utilizado em Sociolinguística que vale a pena mencionar é *variante*, que consiste em diferentes formas linguísticas concorrentes, ou seja, que são alternativas para outras, que podem ser usadas em um mesmo contexto. Por exemplo, os pronomes *tu* e *você* são variantes linguísticas no português brasileiro para designar a segunda pessoa do discurso.

Voltando ao tema do ensino de língua materna, não se pode confundir ensino de português com ensino de norma padrão, pois esta é apenas uma idealização, uma convenção abstrata. Ensinar língua materna é ensinar a ler, compreender e escrever em português, nas suas diversas formas, é provocar a reflexão no aluno sobre sua própria língua e seu modo de falar. Como colocar isso em prática tem sido o questionamento de muitos professores que já reconhecem a necessidade de um ensino multidialetal, mas não sabem como fazê-lo.

Outro problema a superar – e que pode gerar problemas teórico-metodológicos no ensino de língua materna – é a confusão provocada pela polissemia dos termos “norma” e “gramática”, muitas vezes entendidos apenas no sentido de regras a seguir para ter um bom resultado ou uma boa escrita. Também é do senso comum entender *gramática* como um manual que deve, obrigatoriamente, servir de modelo para produção textual – escrita ou falada. Contudo, os significados de norma e gramática são bem mais amplos.

Gramática são as regras de funcionamento da língua, ou seja, como a língua é usada, na prática, por seus falantes. É claro que também se usa o termo para fazer referência aos livros que descrevem o uso linguístico. Nesse sentido, cabe ressaltar que esses compêndios se baseiam em pesquisas científicas e/ou no uso escrito literário ou jornalístico. Sendo assim, existem diferentes tipos de gramática e cada qual descreve determinado uso e serve a propósitos distintos.

Do mesmo modo, o conceito de norma também é ambíguo, uma vez que, além de poder significar diretriz, preceito, também designa o uso

corrente da língua, ou seja, uma tendência de uso linguístico, como explica Bagno (2012):

O conceito de norma linguística desde sempre oscila entre uma perspectiva do normal e uma perspectiva do normativo. A primeira é de interesse da sociolinguística e das práticas descritivas da língua; a segunda é o foco de atenção da gramática normativa e das práticas prescritivas. (BAGNO, 2012, p. 21)

A compreensão adequada de todos esses conceitos implica na produção coerente de materiais didáticos, planejamentos de curso e planos de aula de língua portuguesa.

2. Língua falada e língua escrita: modalidades igualmente variáveis

Embora a escrita seja comumente vista como mais uniforme que a fala, é incontestável a sua diversidade. A escrita é plural, porque é um ato social, uma atividade interativa e dialógica. Não é produto, é processo, e, por isso, não possui modelos pré-definidos ou moldes que, se seguidos, levam à perfeição. Ensinar a escrever, portanto, vai muito além de uma aula de redação. Ensinar a escrever é ensinar a enxergar a diversidade linguística e dos gêneros, é ensinar a produzir textos adequados ao seu contexto, é ampliar a competência linguística do aluno e não limitá-la.

Durante muito tempo, a metodologia de ensino de colocação pronominal consistiu, e ainda tem consistido, em listar regras do que se pode e do que não se pode fazer. Duas dessas regras que se tornaram célebres são “não se começa frase com pronome átono” e “o advérbio de negação atrai o pronome”. De acordo com essa visão, cabe ao aluno memorizar as prescrições e pô-las em prática, ainda que sem entendê-las bem, pois isso significa saber escrever bem e produz bons resultados e boas notas em Redação. Desse modo, não se levam em consideração alguns questionamentos dos alunos, como: por que não posso começar frases com pronome se, ao falar, todos os brasileiros

fazem isso? Ou: por que o “não” atrai o pronome? O que significa isso? Ou seja, trata-se de uma pedagogia mecânica, que não vê o discente como ser pensante e que nada tem a ver com a proposta de conduzir os estudantes à reflexão sobre sua própria língua.

É do senso comum que a escola é lugar de letramento, que é missão da escola ensinar a escrever, já que os alunos já sabem falar. Contudo, o ensino da disciplina Produção Textual precisa mudar. É necessário que se deixe de enxergar a produção textual como uma técnica ou um método infalível, que conduz a um bom resultado em provas e vestibulares. Escrever é muito mais que isso. A dissertação de concursos não é o único gênero textual que tem de ser aprendido. Esse método leva ao pensamento de que todos os gêneros têm de ser escritos da mesma forma, o que não é verdade. A variação deve ser contemplada no ensino de língua materna e de produção textual. É preciso mudar de foco e deixar de centrar o ensino na norma padrão da língua, como afirma Antunes (2008, p.214): “É necessário que o foco do ensino de LM deixe de ser a ‘correção’ gramatical, a ‘higiene ortográfica das palavras’.” Não é que tais questões não devam ser abordadas nas aulas, mas sim que a gramática ensinada tem de ser a gramática de cada gênero específico, ou seja, uma gramática variável, “uma gramática mais próxima das operações que as pessoas realizam quando usam a língua em situações concretas de comunicação” (ANTUNES, 2008, p.214). Isso tornaria o aprendizado mais prazeroso, natural, descomplicado e alcançável, pois o conteúdo seria mais compreensível e acessível.

3. Variedade padrão: prestígio e acesso ao poder

O papel da escola não é condenar e eliminar a variedade do aluno e sim levá-lo, gradativamente, ao conhecimento e domínio de variedades mais formais, orais e escritas, fazendo-o percorrer o contínuo linguístico. No entanto, vê-se, no sistema educacional brasileiro, o predomínio de uma pedagogia de imposição da norma padrão.

A prática pedagógica que impõe a norma padrão e exclui quem não a domina é uma forma de preconceito e de propagação da exclusão social, uma vez que língua e sociedade são faces de uma mesma moeda. Variedades prestigiadas estão associadas a classes que possuem prestígio social, assim como variedades estigmatizadas estão associadas a classes excluídas socialmente. As diferenças na língua são, pois, decorrentes das diferenças na sociedade e, conseqüentemente, das diferenças de poder.

No âmbito dos estudos bourdiesianos, a padronização está associada à legitimação, oficialidade e a poder. Portanto, “é à norma padrão que é concedido o reconhecimento da legitimidade” (HANKS, 2008, p.51) e, se uma variedade é legitimada, outras variedades são silenciadas. Daí a necessidade de se adquirir a variedade padrão, pois ela é um caminho para a aquisição de poder:

O acesso à língua padrão através da educação fornece o acesso aos lugares de poder no qual ela é empregada. O processo completo constitui um tipo de dominação simbólica no qual as variantes não-padrão são suprimidas e aqueles que as falam são excluídos ou levados a aceitar essa exclusão. Assim os indivíduos adquirem a disposição para aquiescerem à variante padrão como uma questão de interesse próprio porque ela dá acesso ao poder. (HANKS, 2008, p.49)

Uma vez que as classes sociais menos privilegiadas possuem menos conhecimento da variedade que é legitimada, o domínio dessa variedade propicia reconhecimento e a possibilidade de ascensão social e econômica, e, assim, de acesso ao poder, por isso ela tem sido imposta pela escola e, muitas vezes, pela família. É o que se costuma chamar de “cultura da substituição”, isto é, a crença de que se deve substituir o dialeto do aluno pela variedade padrão. Entretanto, esse quadro precisa ser mudado, de modo a gerar a consciência da necessidade de um ensino de língua materna baseado na reflexão sobre a realidade sociolinguística brasileira e que tenha como objetivo a ampliação da competência comunicativa do corpo discente.

3. Colocação pronominal em gramáticas do português

Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2003, p. 587), de longa tradição no ensino de norma padrão, trata do tema da colocação dos pronomes pessoais átonos, como uma questão de fonética sintática. Segundo o gramático, “durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da ‘atração’ vocabular...” Ele ainda afirma que muitas das regras impostas aplicavam-se ao falar lusitano e não ao nosso, e admite que a Gramática, por fundamentar-se na tradição literária, ainda não reconhece estruturas típicas do falar culto brasileiro. Finalmente, esclarece que, em sua gramática, considerará somente as normas concernentes à língua escrita e a falada pelas pessoas cultas. O gramático conta, como corpus exemplificativo, com obras literárias brasileiras e portuguesas contemporâneas e também clássicas.

Desse modo, Bechara (2003, p. 587) começa a descrever as possibilidades de posicionamento do pronome átono com relação ao verbo, em português. Segundo o autor, são três as posições possíveis: posposto ao vocábulo tônico (ênclise); anteposto ao vocábulo tônico (próclise) e interposto ao vocábulo tônico (mesóclise). Os exemplos dados são os seguintes (BECHARA, 2003, p. 587 - 588):

Deu-me a notícia.

Não me deu a notícia.

Dar-me-ás a notícia.

Em seguida, o gramático (2003, p. 588) aponta cinco critérios para a colocação do clítico, começando pelos casos em que o pronome se relaciona a um só verbo. O primeiro critério arrolado é: “Não se inicia período por pronome átono” (BECHARA, 2003, p. 588). São apresentadas algumas observações a respeito dessa regra inicial. Primeiramente, Bechara (2003, p. 588) comenta que “este princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado” e menciona o fato de alguns modernistas usarem a próclise inicial, inclusive, segundo o gramático, de maneira exagerada, já que iniciam períodos com

os clíticos acusativos de terceira pessoa, que segundo Bechara (BECHARA, 2003, p. 588) são usados sempre pospostos ao verbo em início de período. A observação seguinte diz respeito à adoção do critério de oração e não de período, isto é, segundo este critério não se devem iniciar nem períodos, nem orações com pronome átono. Assim, os que adotam tal critério condenam o uso de pronome no início de oração dentro do período. A terceira e última observação ressalta o uso comum do pronome em início de período, em expressões populares cristalizadas. O exemplo dado é a frase popular “Te esconjuro!”.

O segundo critério apontado é: “Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada: Confesso que tudo aquilo me pareceu obscuro” (BECHARA, 2003, p. 588). A essa regra também é acrescentada uma observação. Bechara (2003, p. 588) observa que é comum ocorrer a ênclise do pronome átono: 1) na segunda oração subordinada, quando esta está coordenada à outra; 2) quando na subordinada se intercalam palavras ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo.

Dando continuidade, Bechara (2003, p. 589) apresenta um terceiro critério: “Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (...) ou precedido de palavra de sentido negativo”. Em seguida, esclarece que, no caso de haver uma pausa depois do advérbio, a posição do clítico é opcional. O quarto princípio aplica-se à posição do clítico junto a verbos conjugados no futuro do presente ou do pretérito, com os quais não se usa ênclise, segundo o gramático (BECHARA, 2003, p. 589), e as outras posições podem ocorrer quando as outras regras não são infringidas. O último critério diz respeito a orações iniciadas por palavras interrogativas ou exclamativas, casos em que se deve empregar a próclise.

Já com relação aos casos em que o pronome se relaciona a mais de um verbo, isto é, a uma locução verbal, duas situações são levadas em conta: aquelas em que o auxiliar se une a um infinitivo ou a um gerúndio e aquelas em que o auxiliar se une a particípio. No primeiro contexto, segundo Bechara (2003, p. 589 - 590), o pronome átono pode aparecer, desde que não

sejam refutados os princípios antes mencionados, proclítico ou enclítico ao auxiliar ou enclítico ao principal. Os exemplos dados para cada situação, respectivamente, são (BECHARA, 2003, p. 590):

Eu lhe quero falar.

Eu lhe estou falando

Eu quero-lhe falar.

Eu estou-lhe falando.

Eu quero falar-lhe.

Eu estou falando-lhe.

Note-se que, nos casos em que o clítico se intercala aos verbos ou a eles se pospõe, usa-se o hífen, nesses exemplos. No entanto, o gramático observa o uso frequente entre os brasileiros, tanto na modalidade oral quanto na escrita, da próclise ao verbo principal – sem hífen, na escrita – e esclarece que esse uso só é aceito pela gramática clássica se o infinitivo estiver precedido de preposição, como no exemplo dado: “Começou a lhe falar” (BECHARA, 2003, p. 590).

O segundo contexto considerado por Bechara (2003, p. 590), auxiliar seguido de particípio, resume-se ao princípio de que “jamais se pospõe pronome átono a particípio” (BECHARA, 2003, p. 590). Portanto, o clítico pode encontrar-se antes ou depois do auxiliar. Nesse último caso, prescreve-se, na gramática em questão, o uso do hífen, muito embora haja a seguinte nota: “Entre brasileiros também ocorre a próclise ao particípio” (BECHARA, 2003, p. 590).

Bechara também expõe dois casos em que a posição do pronome é fixa: 1) com gerúndio precedido da preposição *em* e *ŕ*) nas orações exclamativas ou optativas, com sujeito anteposto a verbo no subjuntivo. Um célebre exemplo da primeira circunstância é a expressão “em se plantando tudo dá”, que remete à Carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manuel, na qual descreve suas impressões sobre o Brasil. Com relação ao segundo caso, um

dos exemplos dados por Bechara (2003, p. 591) é o seguinte: “Bons ventos o levem!”.

Bechara (2003, p. 591) finaliza a seção com uma explicação sobre a colocação dos pronomes átonos no Brasil. Vale a pena citar o comentário a seguir:

Nos princípios anteriormente comentados vimos certas tendências brasileiras que nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, presa que está a um critério de autoridade que a linguística moderna pede seja revisto. (BECHARA, 2003, p. 591)

Linhas adiante, Bechara (2003, p. 591) afirma que, no Brasil, é possível começar período com o clítico, na linguagem coloquial. Contudo, não fica claro o que ele considera linguagem coloquial, pois não menciona fatores importantes para esta definição, tais como: gênero textual, situação comunicativa, modalidade da língua etc. É indiscutível que a escolha do posicionamento do pronome envolve variáveis que ultrapassam a questão de simples coloquialismo.

Outra gramática considerada tradicional em que buscamos respaldo para nossa pesquisa foi a de Celso Cunha e Lindley Cintra (2001), por também ser muito adotada por professores, no ensino da norma padrão portuguesa. Segundo Cunha e Cintra (2001, p.309), o pronome átono pode estar, em relação ao verbo: enclítico (posposto), proclítico (anteposto) e mesoclítico (no meio do verbo). Para os autores (CUNHA e CINTRA, 2001, p.309), a posição “lógica, normal” do pronome de objeto direto ou indireto é a ênclise; contudo, há “casos em que, na língua culta, se evita ou se pode evitar essa colocação”, o que diferencia as variedades lusitana e brasileira do português. As regras apresentadas pelos gramáticos (CUNHA e CINTRA, 2001, p.309-316) para tais casos podem ser resumidas da seguinte forma:

A- Mesóclise: Só é possível com verbos no futuro do presente ou futuro do pretérito. Nestes casos, permite-se também a próclise (CUNHA e CINTRA, 2001, p.310).

B- Próclise: com um só verbo, a próclise é utilizada nos seguintes casos:

a) nas orações que contêm palavra negativa, quando entre ela e o verbo não há pausa.

b) nas orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos.

c) nas orações iniciadas por palavras exclamativas, bem como nas orações que exprimem desejo.

d) nas orações subordinadas desenvolvidas.

e) com gerúndio regido da preposição “em”.

f) com verbo antecedido de certos advérbios (bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez etc).

g) quando a oração na ordem inversa se inicia por objeto direto ou predicativo.

h) quando o sujeito da oração, anteposto ao verbo, contém o numeral “ambos” ou algum dos pronomes indefinidos.

i) nas orações alternativas.

Quanto ao uso do pronome átono com locuções verbais com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, Cunha e Cintra (2001, p. 314-316) apresentam as seguintes normas:

A- A ênclise:

a) ao verbo principal: sempre é permitida.

b) ao verbo auxiliar: é permitida quando não se verificam as condições que aconselham a próclise.

B- A próclise:

a) ao verbo auxiliar: é permitida “quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo” (2001, p. 314), apresentadas acima.

Com locuções verbais com verbo principal no particípio, Cunha e Cintra (2001, p. 316) prescrevem que “o pronome átono não pode vir depois dele. Virá, então, proclítico ou enclítico ao verbo auxiliar, de acordo com as normas expostas para os verbos na forma simples.”

Nessa gramática, os autores apresentam uma seção que trata especialmente da colocação dos pronomes átonos no Brasil (2001, p. 316). Dois aspectos apontados são importantes de ser mencionados aqui:

1) a possibilidade, no português brasileiro, de se iniciarem frases com os pronomes átonos.

2) a próclise ao verbo principal (sejam eles infinitivo, particípio ou gerúndio) nas locuções verbais, muito comum em nossa variedade da língua portuguesa.

Também buscamos averiguar como o fenômeno em análise é descrito em uma gramática de usos. Para isso, escolhemos a *Gramática do Português Brasileiro*, do linguista Ataliba T. de Castilho (2010), que é, como o seu título revela, uma gramática que assume descrever a língua dos mais de 200 milhões de falantes, no Brasil. Castilho (2010, p. 483, 484) afirma que os pronomes átonos, no PB, colocam-se preferencialmente antes do verbo, diferentemente do que ocorre no PE, em que se observam as posições proclítica e enclítica, com predomínio da última. Com relação ao uso do pronome átono com perífrases verbais e tempos compostos, percebe-se uma maior ocorrência do clítico anteposto ao verbo principal, no PB, segundo essa Gramática (CASTILHO, 2010, p. 484). Neste aspecto, PB e PE também se diferenciam, pois nesta última variedade há uma preferência pela ênclise ao auxiliar (CASTILHO, 2010, p. 484).

O gramático (2010, p. 483) também revela uma mudança diacrônica no posicionamento do clítico em português: “predominando inicialmente a ênclise, até o século XIV, começando então o domínio da próclise, até o século XVI”. Essa oscilação entre as posições do pronome, ao longo da história do português, mostra, segundo Castilho (2010, p. 484) o quão complexa é a língua e que a mudança linguística não tem um fim. Em seguida, são apresentadas algumas pesquisas de linguistas sobre colocação pronominal, em PB e PE, com ênfase no estudo diacrônico até a década de 90. Não há uma descrição minuciosa do fenômeno no PB atual.

Azeredo (2010), em sua Gramática Houaiss, descreve as regras de colocação dos pronomes oblíquos átonos, que, segundo ele, “está condicionada a fatores de três ordens: sintática, prosódica e sociocomunicativa” (AZEREDO, 2010, p. 258). Tal gramática, segundo se informa em sua Apresentação, tem como objeto de estudo a variedade padrão do português brasileiro escrito em uso. O *corpus* analisado é formado por obras literárias, técnicas, científicas, ensaísticas e jornalísticas, publicadas a partir da segunda metade do século XIX.

Essa obra considera a variação no uso e posicionamento dos pronomes. O gramático (AZEREDO, 2010, p. 259) comenta que há duas variáveis prosódicas do fenômeno da sínclise pronominal: “o padrão que determina a distribuição dos acentos de intensidade; e de que modo os vocábulos átonos se subordinam aos que contêm sílaba tônica para a formação dos vocábulos fonológicos”.

Por outro lado, no que diz respeito aos fatores sociocomunicativos de condicionamento da escolha da posição dos pronomes, Azeredo (2010, p. 259) afirma que é necessário levar em consideração a variedade de língua empregada e a situação discursiva. O gramático (2010, p. 259) comenta as diferenças entre as variedades culta e popular e entre os registros formal e informal da língua, no que concerne a esse tema. Salienta que os clíticos acusativos de terceira pessoa, foneticamente raros (tendo em vista que se constituem de uma única vogal, ao passo que a maioria dos átonos tem a estrutura CV), são adquiridos por ação da escola e só são usados em situações formais e de discurso planejado.

Ainda com relação ao ponto de vista prosódico, Azeredo (2010, p. 259) afirma que a próclise é a posição pronominal “mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil”. Essa posição favorece o relevo fonético dos pronomes, tornando-os semitônicos. É, pois, a posição natural, no PB, segundo o gramático:

Não é outra a razão do conhecido hábito brasileiro de ‘começar frase com pronome átono’, fato que em épocas não tão remotas causava horror aos gramáticos mais puristas. (AZEREDO, 2010, p. 259).

Em contrapartida, a ênclise do pronome é, segundo o gramático, “um traço de formalismo”, seja na fala ou na escrita. Portanto, trata-se de uma escolha relacionada com a situação comunicativa, que “pode revelar alto grau de monitoramento (...), quando não certo artificialismo do discurso” (AZEREDO, 2010, p. 260).

No que tange ao condicionamento sintático, Azeredo (2010, p. 260) aponta três aspectos a considerar: se o pronome se relaciona a uma forma verbal simples ou a uma locução verbal; se o pronome é complemento, parte integrante do verbo ou índice de indeterminação; ou se há alguma particularidade que imponha a posição do pronome. Levando em consideração os três fatores mencionados, registra as seguintes normas de colocação do clítico:

Pronome atrelado à forma simples do verbo

A próclise é o uso padrão generalizado, inclusive na variedade culta, se o pronome é antecedido imediatamente de advérbio ou pronomes de significação negativa e de conectivo de subordinação (especialmente com verbo no subjuntivo).

As variantes *-lo*, *-la*, *-los*, *-las* dos pronomes de terceira pessoa são sempre enclíticas ao infinitivo e às formas terminadas em *-s* e *-z*.

As variantes *-no*, *-no*, *-nos*, *-nas* dos pronomes de terceira pessoa são sempre enclíticas às formas terminadas em vogal ou ditongo nasal e são de uso estritamente formal.

Com verbos no futuro do presente ou do pretérito e sujeito explícito, usa-se a próclise.

A regra anterior possui variantes ultraformais, restritas à modalidade escrita, a saber, o uso do pronome mesoclítico ao verbo.

2) Pronome atrelado a locuções verbais

- a. Os pronomes *me, te, se, lhe, nos, lhes* ocorrem majoritariamente proclíticas ao verbo principal. Ocorre a ênclise ao verbo principal quando este é gerúndio ou infinitivo, em contextos de formalidade. Igualmente, em registros formais, especialmente da modalidade escrita, ocorrem a ênclise ou a próclise ao verbo auxiliar.
- b. Os clíticos acusativos de terceira pessoa, *o, a, os, as*, são, segundo o gramático, restritas ao uso formal e podem ocorrer proclíticas ao auxiliar, se a este não segue uma preposição, ou enclíticas ao gerúndio. Já as suas variantes *-lo, -la, -los, -las* são necessariamente enclíticas ao infinitivo.
- c. Finalmente, o clítico *se*, quando é indeterminador do sujeito ou apassivador, liga-se ao verbo conjugado, proclítica ou encliticamente.

Em conclusão, observa-se grande diferença na maneira de apresentar a colocação pronominal em português, principalmente, o fato de que algumas adotam a variedade lusitana como referência e padrão, deixando a descrição do fenômeno em PB como uma observação apenas, inclusive chamando atenção para irregularidades no falar brasileiro. Embora, em tese, todas as gramáticas sejam descritivas, já que descrevem determinado uso da língua, pode-se afirmar que tais gramáticas possuem um tom mais prescritivo. Por outro lado, Castilho (2010) e Azeredo (2010) buscam descrever apenas a realidade do fenômeno em PB. A observação dessas diferenças por parte do docente de língua materna permite a abordagem consciente da gramática.

É notório que já existe certa mudança em termos de descrição da realidade do PB, nas gramáticas mais tradicionais, fruto dos avanços da pesquisa Sociolinguística. Nas últimas décadas, muitos estudos vêm descrevendo sociolinguisticamente o PB, o que nos oferece um conhecimento da nossa realidade linguística, tanto no tocante à modalidade falada, quanto,

em menor escala, à modalidade escrita. E, assim, parece que o abismo existente entre as descrições gramaticais que servem de base para o ensino de português e a língua realmente praticada no Brasil tende a diminuir. Porém, ainda há um caminho a ser percorrido, resta mudar a perspectiva, o foco, deixar de tomar a variedade europeia como modelo de correção e passar a voltar o olhar para as variedades cultas brasileiras (com ênfase ao plural). É preciso partir do entendimento de que não há uma única norma culta, que a língua é variável, tanto na fala quanto na escrita. Esse reconhecimento implica uma produção de gramáticas menos prescritivas e mais descritivas da língua, a partir de exemplos de textos autênticos e atuais de vários gêneros discursivos. Os estudos científicos que partem da noção dos três contínuos, proposta por Bortoni-Ricardo (2004 e 2005), contribuem e contribuirão muito nesse sentido. É indiscutível que já temos muitas gramáticas com essas características.

Na *Moderna Gramática Portuguesa*, Evanildo Bechara (2003) se propõe a descrever as normas concernentes à língua escrita e falada pelas pessoas cultas, como se comentou no início desta seção. No entanto, lista regras de colocação pronominal, que mais se aproximam das normas referentes à variedade lusitana do português, como, por exemplo, o primeiro critério apresentado: “Não se inicia período por pronome átono” (BECHARA, 2003, p. 588). Porém, mais adiante Bechara afirma que este é um princípio desrespeitado na nossa fala espontânea e usado por modernistas, segundo ele, de maneira até exagerada. O que Bechara não comenta é que até hoje a colocação do clítico em início de período é utilizada por muitos escritores, como veremos na análise dos dados desta tese. A questão que fica de fora é: quando não se inicia período por pronome átono? Em que situação discursiva? Em que contextos? Só na escrita? Em todos os gêneros? Somente uma teoria com base na discussão sobre os diferentes gêneros textuais e a variação existente, tanto nos gêneros orais, quanto nos escritos (MARCUSCHI, 2001), consegue dar conta desses questionamentos.

Cunha e Cintra (2001, p. 309) são ainda mais tradicionais ao afirmarem que a posição “lógica, normal” do clítico é a ênclise. Por que lógica? E normal para quem? Isso não é discutido. Portanto, mesmo que mais adiante reconheçam que há casos em que, na língua culta, se evita tal uso, no PB, fica clara a visão implícita de que a variedade tomada como padrão/modelo é a lusitana, uma vez que, como já comentamos, a preferência pela ênclise no PE e pela próclise, no PB, tem explicações que se baseiam nos padrões rítmicos, na prosódia de cada variedade. Falta, então, uma argumentação mais rigorosa para essa afirmação. Destacamos o seguinte comentário sobre esse tema:

Apesar de já haver no início do século, como se pode observar, a consciência de que as regras de colocação pronominal brasileiras divergem das portuguesas, as gramáticas prescritivas atuais ainda estabelecem normas que, aparentemente, se aplicariam tanto no Brasil quanto em Portugal. Essas gramáticas, embora admitam casos conflitantes entre PB e PE, propõem a ênclise como regra geral (VIEIRA, 2007, p. 124).

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, assim como a gramática de Bechara, também reserva um espaço para os comentários acerca da colocação pronominal em PB, com destaque para dois fatos: a tendência brasileira a usar a próclise em início de período e a preferência pela próclise ao verbo principal. O fato de a descrição do PB estar em uma seção à parte se justifica por serem gramáticas que se baseiam na língua portuguesa como um todo e não apenas na nossa variedade. Contudo, há de se frisar que, quando descrevem os usos particularmente brasileiros, mencionam que não são aceitos pela gramática clássica, como a próclise ao verbo principal, tão comum, tanto na oralidade, quanto na escrita brasileira, caracterizada pela ausência de hífen, nesta última modalidade (BECHARA, 2003, p. 590). Espera-se, reafirmamos, que as gramáticas que se propõem a descrever a língua portuguesa de maneira abrangente não tomem apenas uma variedade como modelo de correção e bom uso, mas apresentem as várias normas cultas das diferentes variedades. Portanto, não basta reconhecer as diferenças de usos, é necessário rever o critério de prestígio.

Por outro lado, a gramática de Castilho (2010) se propõe a descrever a variedade brasileira da língua portuguesa. Dessa forma, parte de uma apresentação das nossas regras de uso culto, afirmando que a próclise é a posição preferencial no PB. Referente às ocorrências de clítico adjacente à locução verbal, afirma que a posição preferida é a próclise ao verbo principal. Nos dois casos, comenta que são aspectos em que o PB se diferencia do PE. Temos, pois, um ponto de vista descritivo bastante diferente.

A gramática *Houaiss* também visa à descrição do PB e toma como *corpus* textos de diferentes gêneros. Azeredo (2010) parte de uma explicação prosódica para afirmar que a próclise é a posição preferida no PB. Além disso, conclui que a ênclise é um traço de formalismo. Trata-se, portanto, de uma perspectiva bem diferente das gramáticas tradicionais, pois toma os usos brasileiros como ponto de partida. O gramático (AZEREDO, 2010) considera também, além de fatores de ordem prosódica e sintática, os de ordem sociocomunicativa. Como já comentamos, quando apresenta a norma brasileira de posicionamento do clítico, leva em conta as diferenças entre variedades culta e popular, registro formal e informal, modalidade escrita e falada, situação comunicativa e grau de monitoramento: uma inovação.

Conclusão: Por um ensino de língua materna multidialetal

Sabe-se que a partir dos PCN houve uma suposta mudança de paradigma no ensino de língua portuguesa que resultou na substituição e não na convivência de pressupostos teóricos. Já que o modelo de ensino de regras gramaticais parecia insatisfatório e retrógrado, buscou-se, erroneamente, aplicar, como conteúdo didático na educação básica, os resultados de estudos linguísticos contemporâneos. Tal prática não condiz com o que preconizam os PCN. Segundo o documento, que adota a abordagem sócio-interacional de língua, o texto – e não a gramática ou as pesquisas linguísticas – deve ser o ponto de partida e o objeto do ensino de língua materna, o que não quer dizer

que não se deve ensinar gramática, mas que esse ensino seja instrumental e esteja a serviço das práticas de linguagem. Em outras palavras, a gramática ensinada deve ser a gramática do texto. Tampouco se deve usar o texto como pretexto para o ensino de regras gramaticais aleatórias e descontextualizadas.

O papel do docente é levar o aluno ao entendimento de que existem diferentes textos, de diferentes gêneros, os quais possuem regras próprias de funcionamento e objetivos específicos. Cabe a ele também promover a discussão sobre como os elementos gramaticais do texto contribuem para que tais objetivos sejam alcançados e a reflexão a respeito de como a troca de itens gramaticais pode resultar numa mudança semântica e ou até mesmo interferir na textualidade, no sentido de que tais elementos colaboram para coesão e coerência, ou seja, os elementos gramaticais são recursos expressivos na construção do sentido do texto.

Acreditamos e confiamos na solução proposta na Apresentação do livro *Ensino de português e sociolinguística*:

Ao professor, cabe conhecer o perfil das variantes com que lida diariamente nas produções de seus alunos, avaliar sua natureza e orientar os estudantes na busca da adequação dos textos que produzem em relação ao gênero e à situação interacional em que se encontram e no reconhecimento de variantes pouco familiares nos textos que leem [...] Em outras palavras, é preciso que o professor domine um contínuo de normas que, segundo Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2008), vai (i) do mais monitorado/formal ao menos monitorado/informal (contínuo de monitoração estilística); (ii) do mais rural ao mais urbano (contínuo de urbanização); e (iii) do mais oral ao mais escrito (contínuo oralidade-letramento). (MARTINS et. al., 2014, p.12,13)

Portanto, é imprescindível que se entenda que todas as línguas apresentam diferentes tipos de variação que se distribuem em um contínuo, como bem ilustrou Bortoni-Ricardo (2008). Logo, não podemos falar em uma única variedade padrão e sim em variedades padrão, bem como em variedades não padrão, por exemplo.

Como percebemos, as fronteiras que delimitam as variedades são tênues e se entrecruzam. Por isso, o professor de língua materna precisa compreender que é natural que o falante adquira primeiro as variedades informais da língua e, progressivamente, vá percorrendo os contínuos. Sendo assim, não deve limitar-se a ensinar uma única variedade da língua – a de prestígio. Na verdade, a educação escolar não pode, de nenhuma maneira, ser limitadora. Nosso dever como educadores é ampliar os horizontes do estudante, para que ele possa ser um cidadão consciente, questionador e crítico.

O primeiro passo a ser dado pelo professor é, portanto, o reconhecimento da realidade linguística multifacetada do português e da necessidade de trabalhar com essa realidade, em sala de aula, a fim de que os alunos realmente aprendam e não somente memorizem e consigam desempenhar-se bem nas mais variadas tarefas comunicativas, inclusive as que exigem o domínio das variedades cultas do português. É conveniente começar pelas práticas orais e, logo, as escritas. O segundo passo é selecionar bem os textos com e a partir dos quais trabalhará. Cabe ao professor avaliar as tarefas propostas e os textos escolhidos como modelo linguístico, nos materiais didáticos que utiliza, seja por opção, seja por imposição da escola. Caso não utilize material didático, terá maior liberdade de escolha e poderá selecionar textos que efetivamente condigam com o português culto atual e real, de gêneros presentes no dia a dia do brasileiro. Somente com a utilização de uma pedagogia pautada na pluralidade de normas do PB, o processo de ensino-aprendizagem fará sentido para o aluno e, conseqüentemente, surtirá o efeito esperado.

No que tange à colocação pronominal, tema deste artigo, é importante salientar que esse é um fenômeno divergente nos diferentes gêneros textuais, orais e escritos, e situações comunicativas. Além disso, cabe ressaltar que, ao adotar algum material de apoio gramatical, é conveniente observar se ele se baseia na variedade lusitana ou reflete a norma efetivamente praticada no Brasil, a fim de conscientizar os alunos sobre a diversidade das variedades do

português, inclusive as variedades cultas, sem transformar em obrigação algo que é estilístico.

Referências

ANTUNES, Irlandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.

AZEREDEO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo, Publifolha, 2010.

BAGNO, Marcos. Norma linguística, hibridismo & tradução. **Traduzires**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/traduzires/article/view/6652/5368>>. Acesso em: 14 de jan 2025.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2000.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo, Contexto, 2010.

COELHO, Izete. [et. al.] **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em: <http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf> Acesso em: 15 fev. 2018.

CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2001.

HANKS, William F. **Língua como prática social:** das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Trad. Anna Cristina Bentes et al. São Paulo: Cortez, 2008.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos** (Sociolinguistic Patterns). Trad. de: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.